



ANS

## COMUNICADO NACIONAL OS PROBLEMAS DA DEFESA CONTINUAM A SER ILUDIDOS

Nº: 22/2001  
Data: 13-Out-01

A Associação Nacional de Sargentos tem vindo repetidamente a chamar a atenção para a gravidade da situação em que se encontram as Forças Armadas, tanto na vertente do pessoal como na do material. Hoje, porque as medidas que se impunham não foram tomadas, vive-se numa situação de pré-ruptura, nuns casos, e de ruptura real noutros. Isto num momento de grave crise mundial instalada pelo terrorismo e de uma guerra sem quartel imposta para o derrotar.

Mas a situação torna-se mais grave quando a imagem oficial que se pretende veicular é a de que se vivem algumas dificuldades, mas que estão a ser tomadas as medidas adequadas para as ultrapassar. Esta imagem ilusória não passa de mais uma manobra dilatória que permitirá ao Governo continuar a protelar as decisões políticas inevitáveis na área da Defesa.

A ausência da actualização do Conceito Estratégico de Defesa Nacional e, por consequência, das restantes definições estratégicas inerentes revela o carácter avulso das medidas anunciadas recentemente, como a Lei de Programação Militar (LPM) e o projecto de reestruturação das Forças Armadas proposto pelo actual Ministro da Defesa Nacional (o 5º durante a vigência dos Governos do Eng.º António Guterres).

Sem aqueles instrumentos estratégicos para a Defesa e Segurança nacionais não é possível planear a aquisição de meios, nem definir projectos orgânicos coerentes e credíveis. Pode até acontecer, que os meios adquiridos em aluguer de longa duração, mais não sejam do que peças descartáveis a prazo, com os prejuízos inerentes, se não forem integráveis no projecto europeu de defesa e segurança que, no segredo dos gabinetes e sob a tutela do ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Jaime Gama, continua a avançar sem a necessária e urgente discussão nacional, ocultando-se deste modo as suas verdadeiras e reais intenções. O quadro com que se defronta a Defesa Nacional aponta nesse sentido, no sentido da sua extinção a prazo para dar lugar ainda não se sabe ao quê.

Quanto ao material, Portugal tem hoje duas LPM em vigor: uma que já existia e termina a sua vigência em 2002, mas que nunca foi executada na sua plenitude, ou seja, a aquisição dos meios aí previstos nunca aconteceu ou ocorreu a um nível muito inferior ao determinado; e a LPM que há cerca de quinze dias foi aprovada com pompa a partir de um acordo entre o PS e o CDS/PP, que, segundo a imprensa, envolveu os problemas dos veteranos de guerra. Por outro lado temos um conjunto de meios obsoletos, que já ultrapassaram ou estão em vias de ultrapassar o tempo útil de vida e que, continuando a ser utilizados, põem em causa a segurança daqueles que os operam, e envergonham o País quando em missões conjuntas com militares de outros países.

A LPM recentemente aprovada também não tem grande probabilidade de ser executada ou o seja, nas partes em que o for, desfasada no tempo retirando-lhe a eficácia - como é o caso da aquisição dos submarinos, concorde-se com ela ou não, que serão integrados na Armada dois anos depois de os actuais terem deixado de operar e a experiência dos actuais submarinistas se ter perdido. Dois dias depois de aprovada já o MDN vinha a público anunciar a possibilidade de transferências de programas. Por outro lado, por força das suas próprias disposições, terá de ser revista já no próximo ano. Estes dados confirmam o carácter avulso desta medida e deixam antever a necessidade de programas de aquisição em modalidades descartáveis para iludir os problemas com a perspectiva da sua resolução, podendo na realidade não o ser. Ou seja: a famosa preocupação de aquisição de meios a pagar a longo prazo, poderá, apesar de estar programada, não se concretizar se os projectos europeus assim o determinarem.

Mas se a estes factos juntarmos a dívida do Governo para com as Forças Armadas, devido a não transferir para os ramos as verbas respeitantes às missões que o Governo inopinadamente lhes incumbiu, forçando-as à exaustão financeira, as conjecturas atrás produzidas assumem outra clareza. Por este motivo, por exemplo, a Marinha corre o risco de ter de parar as missões de vigilância e salvamento por falta de combustível - a GALP ameaça não fiar mais. A Força Aérea corre o mesmo risco, tal como o Exército que não tem verbas suficientes para adquirir sobressalentes, nem para manter em funcionamento as suas escolas de formação.

Quanto ao pessoal o quadro é ainda mais grave - se tal for possível. Também neste aspecto o Governo faz que resolve e não resolve. Cria a imagem de quem está a tomar medidas, ou até que já as tomou, mas não as implementa, ou melhor, não transfere para os ramos os meios necessários para estes o fazerem. Com as poucas medidas que tomou não resolveu os problemas de fundo, nuns casos, agravou-os noutros e criou novos - se bem que no caso dos estatutos tenha resolvido algumas velhas aspirações dos militares, numa manobra de autêntico golpe de mão, veio criar graves problemas de perda de garantias e impôs a flexibilidade e a polivalência nas Forças Armadas na figura do retrocesso funcional e da desvalorização profissional.

No plano dos vencimentos são conhecidas as iniquidades, as discriminações e as injustiças que foram criadas com DL 328/99 imposto à revelia de uma decisão do Conselho Superior Militar pelo Dr. Jaime Gama enquanto ministro da Defesa, contrariando o trabalho do seu antecessor na pasta. Assim como são conhecidas as promessas governamentais de que esse DL seria uma medida intercalar e que o Governo adoptaria medidas autónomas de recuperação dos vencimentos dos militares no contexto da Administração Pública para obviar à degradação que então reconhecia. Até hoje, e não obstante toda indignação manifestada pelos militares nas mais variadas formas, não só não tomou nenhuma medida, como agravou o fosso que separa o quadro especial dos militares também relativamente ao quadro dos militares da GNR.

Mas o problema das Forças Armadas na área do pessoal não se esgota só nas carreiras, nos vencimentos e na Justiça Militar, radica também na escassez de pessoal para manter os meios operacionais e garantir o cumprimento das missões cometidas.

Escassez esta que é agravada pelo facto de o Governo não ter dotado os ramos dos meios financeiros suficientes para pagarem os vencimentos aos jovens em regime de voluntariado e de contracto de acordo com a chamada Lei dos Incentivos, que este Governo aprovou e da qual fez grande propaganda. A verdade é que hoje os ramos não estão a respeitar a tabela de vencimentos oficial para estes militares, havendo centenas de casos em que os ramos devem quase um milhar de contos a cada um destes jovens, numa dívida que cresce todos os meses. Há jovens que têm de pedir dinheiro emprestado aos seus chefes de serviço ou aos serviços financeiros das unidades para irem de licença a casa, quando o Estado lhes deve centenas de contos. Deste modo não há milhões de contos que bastem para gastar em propaganda no intuito de atrair os jovens às fileiras.

Neste quadro há comentadores e militares que tendem a acreditar, ou pelo menos a deixar transparecer, que tal acumulação de factos negativos para a Instituição Militar se deve nuns casos à incompetência, noutros ao desconhecimento das questões militares, e noutros à inoperância de certas áreas do Governo. No entanto, o quadro descrito parece apontar antes para um conjunto de acções negativas premeditadas, perseguindo objectivos estratégicos não assumidos publicamente por as condições políticas não estarem amadurecidas para a sua assumpção. Se tais comentadores e militares tivessem razão na sua apreciação, apesar da gravidade do quadro, a Instituição Militar teria em qualquer momento hipótese de ser salva. O mesmo não acontecerá se a verdade coincidir com a apreciação aqui despendida.

Podia o Primeiro Ministro ser credor de toda a gratidão da Família Militar se cuidasse da resolução dos problemas descritos, quisesse ser parte da sua solução e não, ele próprio, o alimentador do problema.

Quem pensar que os militares se deixarão vencer pelo cansaço e pelo desânimo da não resolução dos seus problemas, engana-se! Quem pensar que se pode continuar a protelar as medidas urgentes e indispensáveis, e que se pode deixar vulgarizar as lutas dos militares, está a proceder levemente: os militares só assumem publicamente os seus problemas quando no quadro institucional já não encontram respostas credíveis e após terem visto repetidamente relegadas para a ignorância as suas reclamações e alertas.

Os Sargentos e os militares saberão hoje, como no passado, encontrar as formas adequadas para defenderem a Instituição Militar.

Os Sargentos e os militares saberão hoje como no passado encontrar os meios para defenderem os interesses da Família Militar. Saberão estar ao serviço do País sem trair os seus direitos de cidadania.

**Os Sargentos e os militares saberão manter a elevação que os caracteriza, a disciplina e a coesão indispensáveis às Forças Armadas e prosseguir de cabeça erguida a sua luta pela dignificação social e profissional.**

A Direcção

Lisboa, 13 de Outubro de 2001